



## Política de Privacidade e Termos de Uso

### Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba

#### Termos e Condições de Uso

- **Finalidade:** As presentes regras regulamentam a forma como o cidadão interage e utiliza os serviços digitais oferecidos pela Câmara Municipal em seus portais eletrônicos e aplicativos móveis.
- **Gratuidade e Cadastro:** O acesso ao sítio eletrônico do Poder Legislativo é totalmente gratuito. Contudo, a utilização de funcionalidades específicas e canais de atendimento poderá exigir um cadastro prévio por parte do usuário.
- **Limitação de Responsabilidade:** Esta Casa Legislativa não se responsabiliza por eventuais prejuízos causados a terceiros decorrentes de instabilidades na conexão, falhas na transmissão, indisponibilidade técnica ou na difusão de conteúdos e serviços do sítio eletrônico.
- **Acessibilidade:** A disponibilização de ferramentas, informações e serviços neste site segue rigorosamente as diretrizes e padrões de acessibilidade vigentes.

#### Termo de Aceitação

- **Consentimento:** Ao navegar e usufruir de nossas plataformas digitais, o internauta declara estar ciente e concordar integralmente com todas as condições estabelecidas neste documento em vigor na data do acesso.
- **Atualizações do Termo:** Informamos que estas regras poderão ser modificadas a qualquer momento. Mudanças podem ocorrer devido a atualizações na legislação, implementação de novas tecnologias ou por critérios de conveniência administrativa da própria Instituição, visando aperfeiçoar os serviços prestados.
- **Concordância Expressa:** O uso contínuo das ferramentas e canais digitais disponibilizados pela Câmara Municipal importa na aceitação irrestrita e automática destes Termos e Condições de Uso.





## Tratamento de Informações

- **Compromisso com a Privacidade:** A confidencialidade dos seus dados é tratada com total prioridade. Adotamos as medidas institucionais necessárias para assegurar o correto manuseio, a proteção e o sigilo de suas informações pessoais.
  - **Segurança da Informação:** Aplicamos mecanismos de proteção e as melhores práticas de segurança cibernética para preservar a integridade e o sigilo dos dados coletados, combatendo fraudes, tentativas de acessos não autorizados e desvios de finalidade.
  - **Comunicações institucionais:** Ao efetuar seu cadastro ou registrar demandas nos canais de atendimento, o usuário autoriza o envio de comunicações institucionais por parte da Câmara Municipal, podendo gerenciar ou cancelar o recebimento dessas mensagens quando desejar. O consentimento pode ser retirado a qualquer momento pelo titular; todavia, isso poderá inviabilizar a execução de serviços que dependam diretamente desses dados.
  - **Criptografia:** O tráfego de dados inseridos neste sítio eletrônico ocorre em ambiente seguro, protegido por chaves de criptografia.
  - **E-mails Informativos:** O envio de informativos para o correio eletrônico do cidadão acontecerá exclusivamente se houver autorização prévia ao fornecer o endereço eletrônico, restando garantido o direito de interromper o envio a qualquer tempo.
  - **Política de Cookies:** Os cookies ativos neste site não coletam informações pessoais ou dados sensíveis dos visitantes. Sua atuação restringe-se ao monitoramento de performance e histórico de navegação, visando otimizar a experiência do usuário e gerar relatórios estatísticos de utilização.
- Modificações no Sítio eletrônico:** A Câmara Municipal reserva-se o direito de atualizar, alterar ou remover conteúdos, bem como reformular a estrutura visual e a organização do sítio eletrônico de maneira geral, a qualquer momento e sem aviso prévio.

## Acesso a Conteúdo Restrito e Suspensão de Acesso





- **Níveis de Acesso:** Os serviços fornecidos pelas plataformas dividem-se em áreas de livre navegação e ambientes restritos.
- **Certificação Digital:** Determinadas funcionalidades do sítio eletrônico ou do aplicativo podem exigir a validação de identidade do usuário por meio de certificado digital nos padrões e-CPF ou e-CNPJ.
- **Ambientes com Login:** O ingresso em seções restritas exige cadastro prévio e autenticação por meio de credenciais (login e senha). O usuário responde civil e criminalmente pela veracidade dos dados informados, sabendo que cadastros falsos geram inconsistências operacionais e podem provocar o bloqueio imediato do acesso.
- **Suspensão do Serviço:** Em conformidade com a legislação aplicável, a Instituição poderá interromper, cancelar ou suspender o funcionamento das plataformas digitais a qualquer momento e sem notificação prévia. Não nos responsabilizamos por perdas e danos decorrentes de lentidão ou interrupções na transmissão de dados que tenham origem na conexão de internet do próprio usuário.

## Relacionamento com Terceiros

- **Links Externos:** Este sítio eletrônico pode redirecionar o internauta para sites de terceiros por meio de links externos. A Câmara Municipal não se responsabiliza pelas práticas, conteúdos ou políticas de privacidade vigentes em páginas alheias à sua administração.

## Conteúdos Publicados na Forma de Notícia

- **Atividade Institucional:** As publicações dispostas na seção de notícias deste canal (sejam textos, fotografias, áudios ou vídeos) possuem finalidade estritamente institucional e informativa, respaldadas pelos princípios legais de liberdade de imprensa, de opinião e de informação.
- **Uso Público e Restrições:** O material jornalístico é de livre utilização pública, sendo permitida sua reprodução parcial ou integral. Fica terminantemente proibida, contudo, a veiculação modificada ou distorcida desses conteúdos que





venha a comprometer o seu sentido original ou induzir a interpretações errôneas.

- **Fins Comerciais:** É expressamente vedada a exploração comercial ou lucrativa das notícias publicadas neste sítio eletrônico.

## Responsabilidade dos Usuários

- **Canais de Interação:** O sítio eletrônico conta com espaços abertos para a participação e engajamento da sociedade. Ao interagir nestes ambientes, o usuário assume o compromisso de respeitar a legislação brasileira, sendo estritamente proibido:
  - Utilizar os dados e materiais institucionais para fins lucrativos ou comerciais;
  - Disseminar ameaças, materiais que configurem pornografia infantojuvenil ou mensagens que estimulem a violência e preconceitos de qualquer natureza (gênero, raça, etnia, religião, política, idade ou classe social);
  - Praticar manifestações que configurem calúnia, injúria ou difamação;
  - Enviar arquivos, códigos ou volumes de dados que possam prejudicar a operação dos sistemas e equipamentos do sítio eletrônico ou de terceiros;
  - Omitir ou falsificar dados pessoais nos formulários e sistemas que exijam registro;
  - Empregar a rede institucional para tentar ou efetivar acessos não autorizados a outros sistemas informáticos ou dispositivos de comunicação;
  - Propagar mensagens em massa não solicitadas (spam), correntes ou comunicados de teor comercial nos canais interativos da instituição.
- **Consequências Legais:** O cidadão é o único responsável pela precisão das informações enviadas e reconhece que dados inconsistentes podem inviabilizar





seu acesso ao sítio eletrônico e aplicativo, sujeitando-o às sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação vigente.

- **Guarda das Credenciais:** Cabe exclusivamente ao usuário o zelo, sigilo e o uso correto de seu login e chaves de acesso cadastradas.
- **Uso Pessoal:** As credenciais de autenticação são individuais e intransferíveis, sendo totalmente vedado o compartilhamento de logins ou senhas com terceiros.
- **Retenção Necessária de Dados:** Mesmo diante do encerramento ou exclusão da conta pelo usuário, a Câmara Municipal e eventuais órgãos conveniados manterão guardados os dados e registros cuja preservação seja imposta por obrigações legais, regulamentares, ordens judiciais ou que se façam necessários para o andamento de processos administrativos e contestações de terceiros.

## Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

### Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018

#### O que é a Lei Geral de Proteção de Dados?

- É a legislação brasileira criada para disciplinar a forma como os dados pessoais dos cidadãos devem ser tratados, tanto por instituições públicas quanto por organizações privadas.
- A LGPD funciona como uma garantia de direitos fundamentais para os titulares dos dados, determinando diretrizes obrigatórias e transparentes para os procedimentos de coleta, armazenamento, processamento e compartilhamento de informações pessoais.
- As regras contidas na LGPD têm aplicação geral e irrestrita, devendo ser integralmente respeitadas por todos os setores da sociedade — como comércios, prestadores de serviços, bancos, hospitais, plataformas de e-commerce — e, obrigatoriamente, por toda a Administração Pública.

